

# A AGENDA DE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA:

Renovação do compromisso brasileiro

SEMINÁRIO - “A AGENDA DE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA: RENOVAÇÃO DO  
COMPROMISSO BRASILEIRO”

Auditório Paulo Nogueira Batista  
Anexo II do Itamaraty  
25 de abril de 2023

A Resolução 1325 (2000), intitulada “Mulheres, paz e segurança” (MPS) foi a primeira adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sobre a relação entre mulheres e conflitos armados. Desde então, o CSNU aprovou outras dez resoluções com o objetivo de promover a participação plena, igualitária e significativa da população feminina na prevenção e resolução de conflitos, bem como na construção e consolidação da paz. A chamada agenda de mulheres, paz e segurança envolve mulheres parlamentares, magistradas, diplomatas, mediadoras, construtoras da paz, *peacekeepers* civis, militares e policiais na prevenção de violência, inclusive sexual, promoção dos direitos e proteção de mulheres e meninas em função de suas necessidades específicas em situação de conflito armado, refúgio, deslocamento, etc.

Com base em recomendação do Conselho de Segurança, mais de 100 países já elaboraram planos nacionais de ação para promover a implementação da agenda MPS. O Brasil lançou seu primeiro plano de ação em 2017, na data simbólica de 8 de março, Dia Internacional da Mulher. O texto foi elaborado por grupo interministerial coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado pelos Ministérios da Defesa, da Justiça e da então Secretaria de Políticas para as Mulheres. Em 2019, o governo decidiu estender a vigência do plano, sem alterar seu conteúdo, por quatro anos, até março de 2023.

A agenda MPS evoluiu marcadamente nos últimos seis anos. O contexto interno que levou o governo brasileiro a adotar o plano de 2017, em particular o perfil da participação do país em missões de paz, também mudou consideravelmente. No atual momento, percebe-se clara valorização da dimensão civil da agenda, inclusive pelo Brasil, que em 2021 passou a integrar a Rede de Mediadoras do Cone Sul – a primeira do gênero nas Américas.

O país incluiu o tema entre as sete prioridades do mandato exercido atualmente no Conselho de Segurança. Nesse âmbito, somou-se à Declaração de Compromissos Compartilhados em Mulheres, Paz e Segurança – iniciativa de inclusão de mulheres palestrantes em reuniões do Conselho sobre itens diversos de seu programa de trabalho.

Sem prejuízo da participação de mulheres uniformizadas em missões de paz, atualmente objeto de metas crescentes, monitoradas mês a mês pela ONU, entende-se necessário ampliar o debate com as instâncias civis do governo e da sociedade.

Com o objetivo de iniciar diálogo sobre a renovação do compromisso brasileiro com a agenda, o seminário “A agenda de mulheres, paz e segurança: renovação do compromisso brasileiro” contará com especialistas que acompanharam o desenvolvimento do tema no Brasil. A exemplo da elaboração e da revisão do primeiro plano, que tiveram início com eventos acadêmicos, espera-se que o seminário constitua oportunidade de reflexão por parte dos órgãos competentes, bem como de sensibilização de parceiros chave, como o Congresso Nacional, entidades da sociedade civil, entre outros.